



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**LAURA MELO DE PAULA**

**TERRAS DE MEMÓRIA, VOZES DE RESISTÊNCIA**

**MARIANA MG**

**2025**

**LAURA MELO DE PAULA**

**TERRAS DE MEMÓRIA, VOZES DE RESISTÊNCIA**

**Trabalho de Conclusão de Curso do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para a obtenção de título da Graduação em História.**

**Orientador: Professor Jefferson José Queler**

**MARIANA**

**2025**

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

P324t Paula, Laura Melo de.  
Terras de memória, vozes de resistência. [manuscrito] / Laura Melo  
de Paula. - 2025.  
19 f.

Orientador: Prof. Dr. Jefferson José Queler.  
Monografia (Licenciatura). Universidade Federal de Ouro Preto.  
Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Graduação em História .

1. Indígenas - Relações com o governo. 2. Ditadura. 3. Resistência ao  
governo. 4. Memória coletiva. I. Queler, Jefferson José. II. Universidade  
Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 321.64

Bibliotecário(a) Responsável: Eliane Apolinario Vieira Avelar - CRB6/3044



## FOLHA DE APROVAÇÃO

**Laura Melo de Paula**

**Terras de memória, vozes de resistência**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em História

Aprovada em 02 de abril de 2025

### Membros da banca

Prof. Dr. Jefferson José Queler - Orientador(a) Universidade Federal de Ouro Preto  
Prof. Dr. Marcelo Loures dos Santos - Universidade Federal de Ouro Preto

Prof. Dr. Jefferson José Queler, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 09.04.2025



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Jose Queler, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 09/04/2025, às 11:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0893199** e o código CRC **542C0272**.

**Dedico aos meus pais, Lucília e Íris.  
Estrelas que guiam meu caminho.**

## AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível graças ao apoio e à contribuição de muitas pessoas, às quais expresso minha profunda gratidão.

Com o coração cheio de saudade, dedico este trabalho à memória dos meus pais, Íris e Lucília, que, mesmo não estando mais fisicamente presentes, são minha maior inspiração. Seus ensinamentos, amor incondicional e força me guiaram até aqui, e este trabalho é uma forma de honrar tudo o que me ensinaram.

Agradeço à Universidade Federal de Ouro Preto, por me proporcionar um espaço de aprendizado e crescimento. Ao meu orientador Jefferson José Queler, pelo suporte, paciência e pelas valiosas orientações ao longo deste processo.

Manifesto meu respeito e admiração ao cacique Danilo Borum-Kren e à professora Raquel Pataxó, que compartilharam suas histórias e perspectivas de maneira tão generosa, enriquecendo este trabalho com suas vozes e saberes.

À minha família e amigos, por serem meu porto seguro, oferecendo apoio incondicional, palavras de incentivo e, muitas vezes, paciência nas horas mais difíceis.

Agradeço também a todos os povos indígenas que, ao longo da história, resistiram e resistem aos inúmeros desafios, mantendo viva a memória e a cultura de seus ancestrais. Este trabalho é, antes de tudo, um tributo à força e à resiliência dessas comunidades.

Por fim, sou grata a cada pessoa que, direta ou indiretamente, contribuiu para que este projeto se tornasse realidade. Este trabalho é para vocês e por vocês.

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar o papel da Guarda Rural Indígena (GRIN) no contexto da ditadura militar brasileira (1964–1985), destacando os impactos de sua atuação para as populações indígenas em Minas Gerais. A pesquisa discute a política indigenista repressiva do Estado, evidenciando como a GRIN foi utilizada como ferramenta de controle social e cultural dos povos originários, em um processo alinhado à lógica autoritária do regime. A partir de fontes históricas, como reportagens da imprensa da época e depoimentos de lideranças indígenas contemporâneas, busca-se compreender as consequências históricas das ações da GRIN e os reflexos ainda sentidos pelas comunidades indígenas atualmente. Este estudo contribui para o debate historiográfico sobre a relação entre Estado e povos originários durante a ditadura, promovendo uma visão crítica sobre as políticas indigenistas do período.

**Palavras-chave:** Guarda Rural Indígena; Ditadura Militar; Política Indigenista; Povos Originários; Repressão; Minas Gerais.

## RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo analizar el papel de la Guardia Rural Indígena (GRIN) en el contexto de la dictadura militar brasileña (1964-1985), destacando los impactos de su actuación para las comunidades indígenas en Minas Gerais. La investigación discute la política indigenista represiva del Estado, evidenciando como la GRIN fue utilizada como herramienta de control social y cultural de los pueblos originarios, en un proceso alineado a la lógica autoritaria del regime. A partir de fuentes históricas, como reportajes de la prensa de la época y testimonios de líderes indígenas contemporáneas, se busca comprender las consecuencias históricas de las acciones de la GRIN y reflexiones que actualmente tienen sentido por las comunidades indígenas. Este estudio contribuye para el debate historiográfico sobre la relación entre Estado y pueblos originarios durante la dictadura, promoviendo una visión crítica sobre las políticas indigenistas del periodo.

**Palabras claves:** Guardia Rural Indígena, Dictadura Militar, Política Indigenista, Pueblos Originarios, Represión, Minas Gerais

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO: O GOVERNO NEM SABIA AO CERTO QUANTOS ÍNDIOS HAVIA NO PAÍS .....</b>	<b>7</b>
<b>O CONTEXTO DA POLÍTICA INDIGENISTA NO BRASIL .....</b>	<b>9</b>
<b>A GUARDA RURAL INDÍGENA: VIGILÂNCIA, VIOLÊNCIA E TRAUMA COLETIVO .....</b>	<b>11</b>
<b>CONCLUSÃO: O PASSADO INSISTE EM SER .....</b>	<b>14</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>17</b>

## **INTRODUÇÃO: O GOVERNO NEM SABIA AO CERTO QUANTOS ÍNDIOS HAVIA NO PAÍS**

"Quando um grupo de oficiais militares, apoiado por diversos setores civis, derrubou o presidente João Goulart por meio de um golpe de Estado em 1964, o governo nem sabia ao certo quantos índios havia no país". Essa frase de Rubens Valente (*Os Fuzis e as Flechas*, 2017, p. 9) escancara uma informação desagradável: para o Estado, os povos indígenas não passavam de um detalhe incômodo, ignorado quando conveniente e atacado quando necessário. Uma presença que atravessava os séculos resistindo, mas que para os poderosos era vista como um entrave a ser eliminado no caminho do dito progresso.

A ditadura militar institucionalizou essa violência em nome da modernização. Onde havia floresta, eles queriam pasto. Onde havia gente, eles queriam vazios. O Brasil que se desenhava nos gabinetes de farda não tinha lugar para quem caminhava sobre a terra com respeito ancestral. Era preciso dobrar, expulsar, domesticar. Assim, nas entranhas desse projeto autoritário, nasceu a Guarda Rural Indígena (GRIN) – um instrumento do Estado para transformar indígenas em vigilantes de sua própria gente, uma engrenagem da repressão que ecoa até hoje nas memórias de quem sobreviveu.

Sob o pretexto de manter a ordem, a GRIN recrutou homens de diferentes povos – Xerente, Karajá, Krahô, Maxakali, Gavião – e os treinou para servirem como agentes de coerção. A imprensa da época celebrou a iniciativa como um suposto passo rumo à “integração” dos indígenas na sociedade nacional. Mas qual era essa sociedade que se apresentava? Uma que os expulsava de suas terras, os forçava a negar sua identidade, os jogava em prisões como o Reformatório Krenak e os reduzia a uma peça descartável no tabuleiro da violência estatal.

Este trabalho busca dar voz às histórias soterradas pelo silêncio imposto. Através da análise da GRIN, pretendemos revelar não apenas os mecanismos de repressão da ditadura militar, mas também as formas de resistência que se ergueram contra eles. Como se deram os recrutamentos? Que táticas foram usadas para manipular e dividir comunidades? E, acima de tudo, quais foram as marcas deixadas por essa experiência brutal na memória e na identidade dos povos indígenas?

A repressão não se restringiu à GRIN. Vieram os deslocamentos compulsórios, os massacres, as tentativas incansáveis de apagar línguas, tradições, modos de vida. E, no

entanto, os povos originários seguem de pé. Relembrar esse passado não é apenas um ato acadêmico, é um compromisso com a verdade e a justiça. É afirmar que a história da violência precisa ser contada por quem a sofreu, não apenas por quem a perpetrou.

Ao longo deste estudo, utilizaremos documentos oficiais, depoimentos, reportagens da época e pesquisas acadêmicas para reconstruir esse episódio de nossa história. Mas, mais do que dados e análises, este trabalho se compromete com um chamado: que a memória dos que resistiram nunca seja esquecida. Porque enquanto houver quem tente apagá-la, haverá quem insista em lembrá-la.

## O CONTEXTO DA POLÍTICA INDIGENISTA NO BRASIL

O Brasil construiu sua identidade nacional sobre um paradoxo cruel: exaltou o índio mítico do Romantismo do século XIX, mas perseguiu o índio real. O indígena dos livros, do brasão, das poesias românticas, era celebrado. Mas aquele que pisava a terra, que reivindicava sua existência, era visto como um obstáculo a ser removido. Desde o Império, o Estado operava com a lógica do apagamento. Como registrado no Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (2014), “a violência contra os povos indígenas é uma história de sangue e silêncio”.

A Constituição de 1824 sequer reconheceu a existência dos povos originários (BRASIL, 1824). E as leis que vieram depois apenas reforçaram sua remoção dos territórios que ocupavam. O Ato Institucional de 1834 entregou o destino dos povos indígenas às Assembleias Provinciais, selando sua submissão às políticas locais, ao latifúndio e à catequese forçada. O Decreto nº 426, de 1845, cravou um destino inglório: os indígenas foram submetidos ao controle de diretores nomeados pelo governo imperial, vigiados, tutelados, moldados para que perdessem o que tinham de mais essencial – sua identidade (BRASIL, 1845).

E assim seguiu-se o ciclo da violência. No final do século XIX, o pensamento racista passou a justificar o extermínio: se os povos indígenas eram uma “raça” condenada ao desaparecimento, então não havia por que garantir-lhes terra, direitos, vida (RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014). Como escreveu John Manuel Monteiro (1994), “o Estado oscilava entre a catequese e a remoção, entre a promessa de tutela e a prática de extermínio”.

A República chegou, mas não houve redenção. A Constituição de 1891 reforçou o controle estatal sobre as terras indígenas e abriu caminho para a expansão colonialista (BRASIL, 1891). O positivismo e o darwinismo social reforçaram a ideia de que os povos indígenas deveriam ser “integrados”, domesticados, reduzidos a mão de obra para os projetos da nação moderna (MONTEIRO, 1994). Nesse contexto, nasceu o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), em 1910, sob a promessa de resguardar os povos originários, mas, na prática, sendo um instrumento de controle e assimilação forçada.

O SPI chegou carregado de contradições. Se, por um lado, oferecia bens materiais e assistência, por outro, desmontava modos de vida, desmontava laços, desmontava gente. As

festas de pacificação levavam mais doenças que alimento; os casamentos mistos impostos desarticulavam culturas inteiras (LIMA, 1995). O contato com os sertanistas nem sempre era escolha: muitas vezes, era a única opção diante do cerco e da violência (MONTEIRO, 1994).

Ao longo do tempo, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) esteve envolvido em uma série de denúncias relacionadas a corrupção, desvio de terras e graves violações de direitos, incluindo violência física e sexual contra indígenas (RAMOS, 1984). Em 1963, foi instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as acusações. O resultado dessas investigações foi consolidado no Relatório Figueiredo, publicado em 1967, um documento de mais de sete mil páginas que expôs práticas como tortura, trabalho forçado e o extermínio de aldeias por meio da contaminação de alimentos com arsênico (FIGUEIREDO, 1967).

Diante do escândalo, o regime militar dissolveu o SPI e criou a Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Mas a máquina da violência não parou – apenas mudou de nome. A FUNAI herdou a negligência, a violência e a corrupção do SPI, mas, sob a ditadura, tornou-se ainda mais brutal (OLIVEIRA, 1988). Seu papel era abrir caminho para as obras faraônicas do regime, permitindo que estradas e barragens atravessassem territórios indígenas sem consulta ou consentimento.

Foi nesse contexto que surgiram os presídios indígenas, como o Reformatório Krenak, onde se trancafiavam aqueles que resistiam. Foi nesse contexto que surgiu a Fazenda Guarani, onde a reeducação vinha com o peso do cassete. E foi nesse contexto que nasceu a Guarda Rural Indígena (GRIN), um dos mecanismos mais perversos do regime: transformar indígenas em algozes de seus próprios parentes, treinar guerreiros para vigiar seu próprio povo, dividir para dominar (RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014).

A ditadura militar não apenas roubou terras, mas também tentou extinguir histórias, línguas, culturas e formas de vida. Embora tenha causado danos significativos, não conseguiu erradicar completamente a resistência dos povos originários. Como afirmou Ailton Krenak, 'Nós, povos indígenas, não estamos lutando para sermos iguais; estamos lutando para sermos diferentes sem sermos punidos por isso' (KRENAK, 2020). Relembrar esse passado não é um ato de nostalgia, mas de justiça, pois a história não está enterrada – ela permanece viva na terra retomada, na língua que persiste e na existência que se recusa a ser apagada.

## **A GUARDA RURAL INDÍGENA: VIGILÂNCIA, VIOLÊNCIA E TRAUMA COLETIVO**

A história da Guarda Rural Indígena (GRIN) é um capítulo controverso do projeto de repressão estatal contra os povos originários. Criada em 1969, em plena ditadura militar, a GRIN foi uma engrenagem da máquina de controle e submissão, um dispositivo perverso que buscava usar os próprios indígenas como instrumentos de repressão contra suas comunidades. Como destaca o relatório da Comissão da Verdade em Minas Gerais (2017), a GRIN operava dentro da lógica militarista do regime, que via os povos indígenas como obstáculos ao progresso e como ameaças à segurança nacional.

A ditadura civil-militar brasileira, instaurada em 1964, intensificou a militarização das políticas indigenistas, submetendo a Fundação Nacional do Índio (Funai), criada em 1967, à lógica da Doutrina de Segurança Nacional. O Estado passou a tratar os indígenas não como povos com direitos, mas como obstáculos ao desenvolvimento nacional e possíveis inimigos internos (COMISSÃO DA VERDADE EM MINAS GERAIS, 2017). Dentro desse contexto, foi criada a GRIN sob a justificativa de garantir a ordem nas aldeias e coibir conflitos. No entanto, seu verdadeiro propósito era institucionalizar a vigilância e a repressão contra as próprias comunidades indígenas.

A iniciativa teve apoio irrestrito do presidente da Funai na época, José de Queiroz Campos, e foi organizada por Manoel dos Santos Pinheiro, capitão da Polícia Militar de Minas Gerais. O treinamento ocorreu no Batalhão Escola Voluntários da Pátria, em Belo Horizonte, onde os indígenas passaram por um rígido regime militar dividido em três fases: adaptação, treinamento policial e instrução sobre preservação ambiental (RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, 2014). Para a ditadura, a GRIN era um projeto de aculturação forçada e um mecanismo de controle populacional.

O recrutamento dos soldados indígenas foi feito sob coerção e falsas promessas. Homens das etnias Xerente, Karajá, Krahô, Maxakali e Gavião foram alistados para servir ao Estado, convencidos de que estariam protegendo suas comunidades ou garantindo uma posição privilegiada dentro das aldeias (BERBET, 2017). No entanto, o que encontraram foi uma formação brutal que os desumanizava e os transformava em agentes de um regime genocida.

Rubens Valente (2017, p. 123) descreve o treinamento da GRIN como um processo de submissão total: “Os soldados indígenas eram submetidos a rígidas regras militares, aprendiam táticas de repressão e eram doutrinados para ver seus próprios parentes como inimigos.” O objetivo era romper laços comunitários e criar uma força policial subordinada ao Exército e à Funai, impedindo qualquer forma de resistência indígena organizada.

Uma vez formados, os soldados da GRIN foram deslocados para diversas regiões do país, atuando nos Postos Indígenas sob ordens da Funai e do Exército. Sua principal função era vigiar os próprios parentes e reprimir qualquer sinal de insubordinação. Em muitos casos, os guardas eram forçados a atuar contra suas próprias famílias, impondo um regime de terror dentro das aldeias (COMISSÃO DA VERDADE EM MINAS GERAIS, 2017).

Testemunhos coletados pelo Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade (2014) indicam que os soldados da GRIN participaram de torturas, espancamentos e deslocamentos forçados. Em alguns casos, comunidades inteiras foram removidas de suas terras sob a escolta desses guardas indígenas, servindo aos interesses de grandes latifundiários e projetos de desenvolvimento do governo.

Quando a GRIN foi extinta, na década de 1970, seus soldados foram devolvidos às suas aldeias. No entanto, o retorno não significou reintegração, mas sim o aprofundamento da exclusão e do sofrimento. Marcados pelo passado de repressão, muitos foram rejeitados por suas comunidades, tratados como traidores e condenados ao ostracismo. O peso do que fizeram, somado ao abuso psicológico que sofreram no treinamento e no serviço, gerou um profundo impacto em sua saúde mental (BERBET, 2017).

Segundo Berbet (2017), os ex-guardas da GRIN enfrentaram altos índices de alcoolismo, depressão e suicídio. Muitos deles desenvolveram doenças crônicas, resultado da violência física sofrida e do abandono do Estado após o fim do programa. O trauma intergeracional se manifestou entre seus descendentes, que herdaram o estigma da repressão e a dor de um passado que o Brasil se recusa a reconhecer.

A história da GRIN não é um episódio isolado do autoritarismo estatal contra os povos indígenas. Ela é parte de um projeto mais amplo de destruição cultural, apagamento identitário e expropriação territorial que segue em curso. Como afirma Paula Berbet (2017, p. 17), “para nós, nunca acabou a ditadura.” A memória da Guarda Rural Indígena precisa ser

resgatada e discutida, não apenas para que as atrocidades cometidas sejam reconhecidas, mas para que o presente seja transformado.

O Estado brasileiro deve assumir sua responsabilidade histórica e oferecer reparação às vítimas da GRIN e suas famílias. Mais do que nunca, é preciso escutar os povos indígenas e garantir que sua luta por terra, cultura e dignidade seja reconhecida. Porque, como dizem os Tikmũ'ũn, “o passado ainda é. O passado insiste em ser.”

## **CONCLUSÃO: O PASSADO INSISTE EM SER**

A Ditadura Civil-Militar no Brasil, que durou entre 1964 e 1985, impôs uma sombra de repressão não apenas sobre os movimentos sociais, mas também sobre as populações indígenas, cujos territórios e modos de vida eram alvos de uma política de controle e extermínio. Nesse período, a Guarda Rural Indígena (GRIN) se configurou como uma das principais ferramentas do Estado para dismantelar as resistências indígenas, muitas vezes utilizando da violência física e simbólica para tentar destruir as culturas originárias. A relevância do estudo da GRIN, com uma perspectiva crítica e militante, está não apenas em revelar os mecanismos de opressão, mas também em dar voz a quem foi silenciado, especialmente às mulheres indígenas, cuja resistência e protagonismo precisam ser reconhecidos.

O marco temporal, defendido por alguns setores da política brasileira, estabelece que os direitos territoriais indígenas devem ser limitados àqueles territórios que estavam sob sua posse ou disputa contínua desde a promulgação da Constituição de 1988. Esse conceito, ao ignorar as formas históricas de ocupação e resistência das comunidades, desconsidera a luta indígena que já existia muito antes desse marco. Ao tratar a questão como um “ponto de corte” legal, o marco temporal não só retira direitos territoriais, mas reforça uma narrativa que apaga o sofrimento e a resistência indígenas ao longo dos séculos, especialmente durante a repressão militar. A GRIN, nesse contexto, simboliza o momento em que o Estado se aliou a forças externas para despojar as terras indígenas, e é um reflexo claro da continuidade dessa opressão até os dias atuais (LIMA, 2018).

As mulheres indígenas, frequentemente à margem das narrativas dominantes, desempenharam um papel central na resistência contra essa opressão. Não apenas como guardiãs de suas culturas, mas também como líderes políticas, as mulheres foram fundamentais na preservação das tradições, na proteção de suas terras e na organização de movimentos de resistência. A etnia Xavante, por exemplo, viu mulheres como figuras de destaque nas mobilizações que buscavam enfrentar a violência imposta pela GRIN. Seu protagonismo não se limitava ao espaço doméstico, mas se estendia às esferas políticas e sociais, refletindo uma resistência multifacetada e profundamente enraizada em suas tradições culturais (SANTOS, 2012).

A invisibilidade das mulheres nas análises sobre a resistência indígena reflete uma tradição patriarcal que também marca a história da sociedade brasileira. No entanto, ao estudar as mulheres que resistiram ao regime militar, recuperamos uma narrativa potente, capaz de iluminar os caminhos de luta das comunidades indígenas e de desconstruir a ideia de que essa resistência seria apenas masculina. Ao dar voz às mulheres, honramos suas trajetórias e fortalecemos as lutas de hoje, lembrando que a resistência indígena continua a ser, em grande parte, conduzida por mulheres que, com coragem, seguem enfrentando as imposições do Estado e das grandes corporações (VANNOY, 2020).

A importância de dar visibilidade a esses movimentos e protagonismos não é apenas histórica, mas também política. No Brasil contemporâneo, os povos indígenas seguem enfrentando ataques incessantes aos seus territórios, como é o caso das pressões para implementar o marco temporal, uma proposta que ameaça reverter as conquistas territoriais conquistadas após décadas de luta. Além disso, a criminalização de lideranças indígenas e o desrespeito aos direitos territoriais demonstram que, embora a Ditadura Militar tenha acabado, as dinâmicas de opressão e controle seguem sendo alimentadas por políticas que desconsideram a história e os direitos indígenas (COSTA, 2005). A GRIN, com sua violência institucionalizada, é um símbolo dessa continuidade, que se reflete nas ações atuais contra as comunidades originárias.

O estudo da Guarda Rural Indígena, portanto, não é apenas uma forma de rememorar o passado, mas uma maneira de compreender as consequências dessa violência nas vidas das gerações atuais. Ao entender como o Estado tratou as populações indígenas durante a Ditadura Militar, podemos traçar um paralelo com as políticas contemporâneas que buscam extinguir as lutas indígenas e deslegitimar as reivindicações por justiça territorial. O conhecimento e a divulgação desses processos são fundamentais para que as pessoas compreendam a magnitude do sofrimento histórico e o impacto nas vidas dos povos originários até os dias atuais (COSTA, 2005).

A memória das lutas indígenas contra a repressão e, em particular, o estudo das mulheres que se tornaram símbolos dessa resistência, têm o poder de fortalecer as novas gerações, ampliando a conscientização sobre os desafios enfrentados pelos povos originários. Compreender que, no passado, essas mulheres se opuseram a um sistema de opressão imenso, e que continuam a fazê-lo, é entender a resistência como um movimento contínuo e atual. Não é apenas uma questão de justiça histórica, mas também uma luta por dignidade e

reconhecimento para as gerações que seguem resistindo, todas com a coragem de quem sabe que a terra, a cultura e o futuro de seus filhos dependem de sua força (LIMA, 2018).

Portanto, é essencial que o estudo da GRIN e das repercussões dessa política indigenista repressiva sejam parte da educação nacional. É a única forma de garantir que as novas gerações compreendam as complexidades da luta indígena, suas vitórias, mas também suas dores. Para que se possa, no futuro, avançar em direção a um Brasil mais justo e inclusivo, é preciso primeiro resgatar as memórias das resistências do passado, especialmente das mulheres indígenas, e entender que suas histórias ainda estão sendo escritas nas páginas da atualidade. Conhecer a história da repressão contra os povos originários não é apenas um gesto de memória, mas um passo importante para corrigir os erros do passado e construir um país mais equitativo e respeitoso para todos (VANNOY, 2020).

## REFERÊNCIAS

ALBERT, Bruce; KOPENAWA, Davi. A queda do céu: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BELTRÃO, Jane Felipe (org.). Relatório Figueiredo: atrocidades contra povos indígenas em tempos ditatoriais. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2022.

BERBET, Paula. "Para nós nunca acabou a ditadura": instantâneos etnográficos sobre a guerra do Estado brasileiro contra os Tikmũ'ũn\_Maxakali. 2027. 171 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/45507>. Acesso em: 15 jul. 2024.

BRASIL. Ministério do Interior. Relatório Figueiredo: relatório do inquérito sobre as atividades do SPI (1967). Brasília, 1967. Disponível em: [https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=mi\\_arquivistico&pagfis=201427](https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=mi_arquivistico&pagfis=201427). Acesso em: 14 fev. 2025.

CALHEIROS, Orlando. "No tempo da guerra": algumas notas sobre as violações dos direitos dos povos indígenas e os limites da justiça de transição no Brasil. Revista Verdade, Memória e Justiça, v. 9, 2015.

DUARTE, Andreia et al. Dramaturgias indígenas. São Paulo: N-1 Edições, 2023.

KRENAK, Ailton. A vida não é útil. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. Futuro ancestral. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LACERDA, Rosane Freire. A pedagogia da retomada: uma contribuição das lutas emancipatórias dos povos indígenas do Brasil. Revista Interterritórios, v. 7, n. 13, 2021.

LIMA, Antônio Carlos de Souza. O Governo dos Índios: Formação do Campo Indigenista no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

MONTEIRO, John Manuel. Negros da Terra: Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOREIRA, Paulo Afonso. Violações de direitos humanos dos povos indígenas. In: MINAS GERAIS. Governo do Estado. Comissão da Verdade em Minas Gerais. Relatório da Comissão da Verdade em Minas Gerais. Belo Horizonte: COVEMG, 2017. p. 79-182.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Os Índios e a Política Indigenista no Brasil. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

RAMOS, Alcida Rita. Indigenismo e Ideologia: A Criação do Parque do Xingu. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1984.

RAMOS, Alcida Rita. Indigenismo e Modernidade. Brasília: Editora da UnB, 1984.

RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Violações de Direitos Humanos dos Povos Indígenas. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <https://www.cnv.gov.br>. Acesso em: 6 mar. 2025.

VALENTE, Rubens. Os fuzis e as flechas: histórias de sangue e resistência indígena na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.